

MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL COMO FERRAMENTAS DE DEMOCRATIZAÇÃO HISTÓRICA.

Autor(es): Artur Giácomo Silva Fernandes¹ ; Messias Elmiro Gomes Loiola de Oliveira²

¹ História, CCH, UVA; E-mail: arturgiacomo@outlook.com, ²Docente voluntário, CCSA, UVA. E-mail: messias_gomes@uvanet.br.

Resumo: A formação da memória coletiva de uma nação não é um processo simples e estático, inclusive com sua definição se alterando com o passar dos anos, exigindo negociação para a união de várias memórias individuais, o que acaba omitindo diversas versões sobre o que não se quer ser repassado. Assim sendo, o presente trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica sobre a memória e sua formação, bem como a chegada da História oral no Brasil. Foi possível concluir como, de fato, a construção da memória coletiva e individuais representam um campo de batalha entre versões. Neste propósito, dentro da História oral e da formação das memórias se estabeleceu a necessidade de entender não apenas fatos históricos como pontos de referência, mas também de compreender a sua formação, buscando ouvir, ter acesso a diversos pontos de vista sobre eles, democratizando a participação na construção da memória coletiva.

Palavras-chave: Brasil. Construção. História Oral. Memória.

INTRODUÇÃO E OBJETIVO(S)

A definição e o papel da memória nas sociedades humanas não se mantiveram estáticas com o passar dos anos. A forma da construção das chamadas memórias nacionais é objeto de estudo e debate até o presente.

Pollak, em sua obra, traz diferentes visões que, como a Halbwachs, que compartilha a importância dos pontos de referências para a construção das memórias individuais e coletiva, a durkheimiana, que aponta esses fatos sociais como indicadores empíricos da memória coletiva, e a construtivista, que busca compreender não apenas os fatos, mas o próprio processo que levaram esses pontos a ocuparem o espaço na memória de uma sociedade. (POLLAK, 1989, p. 3-4)

O consenso destas visões é que há no processo de formação das memórias coletivas a escolha sobre o que repassar e o que não compartilhar sobre o passado. Neste sentido, há um conflito, um processo de negociação, ou conciliação, para a formação de uma lembrança que seja capaz de abarcar também várias memórias individuais.

Embora um campo ainda recente no Brasil, a História oral compartilha dessa problemática de ser uma área formada num ambiente conflituoso, muito por conta do contexto nacional existente quando os primeiros métodos neste sentido chegaram ao País. O cenário de redemocratização pós-Ditadura Civil-Militar também se mostrou propício a reforçar a necessidade de ampliar não só o acesso, mas os estudos sobre mais grupos sociais no país. (MEIHY, 2000, p.85-89)

Desta forma, o presente trabalho buscar fazer uma análise sobre as definições de memória, os desafios inerentes ao processo de sua definição, bem como busca compreender o processo de surgimento da História oral no Brasil como método, campo do saber ou área do conhecimento, e suas contribuições para a democratização na participação dos processos históricos não apenas como sujeitos coadjuvantes da elite, mas como protagonistas dos citados processos.

MATERIAL E MÉTODOS

Para execução do presente trabalho, foi realizada pesquisa bibliográfica, que Cervo e

Bervian apontam que (apud BEUREN, 2008, p.86) “explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados”, para tentar compreender razões relativos ao tema em discussão.

Marconi e Lakatos (apud BEUREN, 2008, p.135) apresentam a pesquisa bibliográfica como sendo “fontes secundárias que possibilitam não só resolver os problemas já conhecidos, mas também explorar novas áreas onde os problemas ainda não se cristalizaram suficientemente [...] propicia a investigação de determinado assunto sob um novo enfoque ou abordagem”.

Neste sentido, foram buscados autores em publicações e obras de grande relevância acadêmica para a construção do presente ensaio, com o objetivo de apontar as formas que a compreensão de memória e História oral, especialmente no Brasil, podem contribuir no processo de democratização histórica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Memória, segundo o dicionário MICHAELIS (2008), pode ser:

sf 1 Faculdade de conservar ou readquirir ideias ou imagens. 2 Lembrança, reminiscência. 3 Aquilo que serve de lembrança; vestígio. 4 Psicol Em sentido geral e abstrato, a capacidade dos organismos vivos de se aproveitarem de experiência passada. 5 Inform Espaço de armazenamento num sistema de computador ou meio, capaz de reter dados ou instruções. sf pl 6 Narrações de caráter pessoal escritas para servirem de subsídio histórico. (MICHAELIS, 2008, p.563)

Tal significado remete a memória a função de lembrar, de se aproveitar de uma experiência já vivida, mas possível de ser realizada apenas pelos organismos vivos. Entretanto, ela possibilita a presença de vestígios do que se passou, e não somente daquilo que ainda existe.

Neste sentido, Halbwachs esclarece a força dos pontos de referências, que podem ser entendidos como aqueles vestígios ou lembranças que conservam ideias ou imagens. Tais fatores formam, na visão do autor, as memórias individuais e coletivas. Exemplos destes referenciais são monumentos, paisagens, datas, personagens, tradições e costumes, folclore, música e até mesmo tradições culinárias. (POLLAK, 1989, p. 3)

Por seu lado, o método durkheimiano coloca os mesmos pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva, que possui hierarquias e classificações, além de ajudar não só aos conjuntos de pessoas a se identificarem, mas também reconhecerem o que não são. (POLLAK, 1989, p. 3)

Neste contexto, a memória passa a ser ferramenta de coesão social, de lembrar a um agrupamento o porquê de sua existência, o que os levaram a situação na qual residem, e os vestígios, bem como os pontos de referência memoriais, seriam fundamentais para o sucesso deste processo.

Halbwachs trata que a memória comum auxilia o estabelecimento de uma coesão não violenta, proporcionando uma adesão afetiva, adentrando ao termo “comunidade afetiva”. O autor estabelece também que o processo de montagem dessa memória acontece através de negociação, para conciliar as memórias individuais na formação de uma coletiva. (POLLAK, 1989, p. 3)

Desta forma, pode-se inferir a presença de conflitos entre interesses dissonantes, sendo que para a formação de um conjunto padronizado, várias peculiaridades podem ser desconsideradas em nome da conciliação.

Assim sendo, a perspectiva construtivista buscará compreender não mais os pontos de referência, mas entender como, porque e quem os elevou a este patamar. Para além, essa

abordagem buscará observar as chamadas “memórias subterrâneas”, que advém de culturas minoritárias, geralmente não abordadas dentro da “Memória oficial”. Nesta visão, é assumida que a memória é um campo de disputa sobre o que, por quem e como serão contados os fatos sociais chamados de pontos de referência. (POLLAK, 1989, p. 3)

De volta a definição do dicionário, memórias podem ser narrações de caráter pessoal escritas para servirem de subsídio histórico. (MICHAELIS, 2008, p.563)

Tal vertente da definição remete a uma possibilidade de compreensão da memória que pode ser escrita para servir de embasamento histórico. Este significado se assemelha a definição de História oral que MEIHY traz em sua obra, a saber, os processos decorrentes de entrevistas gravadas, transcritas e colocadas a público segundo critérios predeterminados pela existência de um projeto estabelecido. (MEIHY, 2000, p.85)

Entretanto, apesar da similaridade, devem ser apontadas também as incongruências entre as duas definições. As memórias podem ser narrações que possuem caráter pessoal, diferente da História oral, que pode até beber da fonte histórica gerada por aquela, mas que deve, através de critérios, ou métodos, compreender e analisar aquelas memórias que são compartilhadas oralmente.

Todavia, especialmente no Brasil, a história oral também acaba sendo um campo de luta, muito por conta do contexto de sua chegada ao País. MEIHY defende que, na verdade, essa área do saber nasceu “exilado”, aportando no Brasil no período de redemocratização, a partir de 1983, mas possuindo bases desde 1973. (MEIHY, 1989, p. 89)

O cenário de perseguição política e intensa valorização da História positivista fez com que aquele ramo recente ganhasse força de maneira tardia no Brasil, adentrando especialmente através do regresso de refugiados da Ditadura Civil-Militar no País.

Entretanto, outro paralelo pode ser observado entre a História oral no Brasil e as visões sobre a memória, especialmente a construtivista, pois, MEIHY defende o combate aos que negam o valor inerente da oralidade em sociedades colonizadas onde o analfabetismo foi arma usada para dominação. (MEIHY, 1989, p. 88)

Ora, não seria essa oralidade então fonte das chamadas “memórias subterrâneas” expostas por POLLAK em seu texto? Observa-se então uma congruência nos caminhos nos processos da História oral e da compreensão das formas que as memórias coletivas foram construídas, bem como a análise das memórias individuais que costumeiramente são ignoradas.

Deve ser destacado também a importância da ciência sobre o “não-dito”. Em sua obra, POLLAK traz a relevância de, sobretudo em caso de lembranças de guerras ou convulsões sociais, compreender até que ponto o presente colore o passado. (POLLAK, 1989, p. 9)

Ou seja, é necessário compreender que, especialmente em relação a temas sensíveis, o silêncio sobre determinado assunto não quer necessariamente dizer a ausência de algo. Pode ser entendido também como o receio pela forma com a qual as pessoas do presente interpretam os fatos acontecidos no passado.

Tal questão foi exposta, por exemplo, no filme alemão *Uma cidade sem passado* (Das Schreckliche Mädchen), de 1989/90, que, na língua original e considerando tradução livre, tem o título de “A garota desagradável”. A obra conta, de maneira resumida, a trajetória de uma jovem alemã que busca saber melhor alguns fatos acontecidos em sua cidade no período em que o governo do seu país era regido pelos nazistas. A trama se desenrola justamente sobre pessoas que preferiam não falar sobre o período, ou quando falavam, não forneciam maiores detalhes. (ROMANELLI, 2020, p. 103-129)

Desta maneira, pode se observar de maneira mais enfática a permanente interação defendida por Pollak entre o vivido e o aprendido, entre o vivido e o transmitido. (POLLAK, 1989, p. 9-10)

Assim sendo, é necessário que ao estudar as memórias coletivas construídas de maneira muito forte, como é o exemplo costumeiro das memórias nacionais, se compreenda inicialmente

a sua função, sabendo que neste cenário a memória é uma operação coletiva dos acontecimentos e interpretações do passado que se quer salvaguardar. (POLLAK, 1989, p. 10)

Todavia, é preciso saber que o que se quer guardar não é necessariamente tudo o que aconteceu, quer seja por fruto da “negociação” a qual Halbwachs se refere, quer seja por escolhas tendo em vista os olhos do presente a qual Pollak tratou.

Torna-se indispensável então a compreensão do que Henry Rousso chama de memória enquadrada, que seria justamente aquela que tem como objetivo manter a coesão interna e defender as fronteiras, fornecendo um quadro de referências e pontos de referências a serem seguidos. O trabalho deste enquadramento se alimenta diretamente do material fornecido pela história, podendo ser constantemente reinterpretado e combinado para tentar manter ou mudar as fronteiras sociais. (POLLAK, 1989, p. 10)

A História oral no Brasil, neste contexto, serviu como instrumento da elite política, militar e cultural do País, através de registros de entrevistas e relatos destes em alguns arquivos como o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Entretanto, no cenário pós redemocratização, urge a necessidade de ampliar as referências a outros grupos sociais. Com isso, posteriormente a década de 1980, especialmente na década de 1990, cada vez mais cursos de Ensino Superior, especialmente nas disciplinas relacionadas a área de ciências humanas, adotaram a História oral em seus conteúdos programáticos. (MEIHY, 1989, p. 88-95)

Observa-se assim que a História oral brasileira serviu, por um período de tempo, para manter coesa a base da elite dominante na política do País, mas que, concomitante a redemocratização, foi alterando os seus objetivos, buscando ouvir e analisar as memórias que antes não eram reconhecidas pelos dominantes. Entretanto, elas não foram esquecidas, mantendo-se vivas naquela parte da sociedade que era desassistida.

Nesta continuidade, Pollak sugere que, se por um lado, seguindo do topo para a base, o trabalho de enquadramento serve para compreender como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, por outro lado, realizando o caminho inverso, utilizando ferramentas de História oral, partindo das memórias individuais, poderá se compreender os limites do enquadramento, observando as feridas, tensões e contradições que são controladas para evitar o choque de versões. (POLLAK, 1989, p. 13)

Desta maneira, pode-se entender que o processo de construção de uma memória é repleto de escolhas tanto do que lembrar quanto do que não lembrar. Pollak esclarece que este último não se trata, necessariamente de esquecimento, mas de um passado que permanece mudo por conta de trabalho de gestão de memória. (POLLAK, 1989, p. 14)

Assim sendo, a História oral, mesmo que ainda não muito claro se como uma ferramenta, método ou disciplina, pode ser muito útil com sua função de reveladora de microhistórias, dando voz a grupos que, de uma forma ou de outra, foram silenciados. (MEIHY, 1989, p. 96)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação da memória coletiva de um povo confecciona um campo de luta entre versões, entre o que relembrar e o que manter no passado, entre questões que devem ser conciliadas em relação a memórias individuais.

A História oral no Brasil, ao aportar na década de 1980, se deparou com um cenário de redemocratização. Por si, este campo já representa um espaço de debate sobre o que, quem e como se deve buscar as suas fontes.

Neste sentido, dentro da formação de uma memória nacional repleta de monumentos, fatos históricos e traços emblemáticos, os traços de História oral existentes no Brasil anterior a década de 1980 buscavam, via de regra, ouvir também apenas os membros da elite, relegando a população em geral a um papel de coadjuvante.

Entretanto, assim como a visão construtivista propõe a compreensão não apenas dos fatos históricos como pontos de referência, mas também o que, quem e como eles foram elevados a esse ponto, a História oral no Brasil, especialmente no cenário pós-década de 1980, buscará ampliar as fontes ouvidas e compreendidas aos grupos sociais até então esquecidos, permitindo, desta forma, o compartilhamento de outros pontos de referência, ou as visões de outras pessoas dos mesmos fatos, ampliando a participação e a compreensão dos processos históricos por aqueles que anteriormente eram apenas coadjuvantes.

Todavia, é necessário um estudo mais aprofundado para compreensão se, de fato, a História oral obteve êxito na ampliação dos processos de escuta de cada vez mais grupos sociais, bem como uma análise sobre as alterações que essas práticas ocasionaram na formação da memória nacional brasileira nos últimos 30 anos.

REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. 3. ed. São Paulo, 2008.

MICHAELIS: dicionário escolar de língua portuguesa – São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008. – (Dicionários Michaelis)

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Desafios da história oral latino-americana: o caso do Brasil. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / Casa Oswaldo Cruz / CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 85-97.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

ROMANELLI, Francisco Antonio; DOMINGUES, Andrea Silva. Arte, Política e discurso no filme “uma cidade sem passado”, de Michael Verhoeven. In: DOMINGUES, Andrea Silva; MORAES PINTO, Benedita Celeste de; RODRIGUES, Doriedson do Socorro (org.). **Práticas discursivas: educação, linguagem e(m) discurso**. Campinas: BCMP, 2020. p. 103-129. ISBN 978-85-94336-07-1. Disponível em:

https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/866/1/Livro_PraticasDiscursivasEducacao.pdf#page=103. Acesso em: 11 jun. 2023.

Uma cidade sem passado (Das Schreckliche Mädchen, Alemanha: Sentena Filmproduction GmbH, 1999). Direção: Michael Verhoeven [filme]. Drama / Comédia. 1h 34m duração. Cor: Colorido e preto & branco. Áudio: Alemão (alguns trechos em inglês). Rio de Janeiro: Globo vídeo, 1990, 1 DVD. Premiações: Urso de Prata, Festival de Berlim (melhor diretor, 1990); Bafta - British Academy of Film and Television Arts (melhor filme de língua não inglesa, 1991); New York Film Critics Circle (melhor filme estrangeiro, 1990); Golden Globe Award for Best Foreign Language Film (melhor filme, 1990). Indicações: Oscar (melhor filme estrangeiro, 1990); Urso de ouro, Festival de Berlim (melhor filme, 1990).